

Comissão do Senado aprova acordo sobre dívida externa

Ricardo Stuckert

BRASÍLIA — A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem o acordo da dívida externa estabelecido em junho entre o Brasil e os bancos credores privados, envolvendo US\$ 50 bilhões. O acordo foi aprovado com ressalvas do relator José Fogaça (PMDB-RS). Entre elas, a que vincula a aprovação definitiva do texto à análise, pelo Senado, das opções dos bancos pelos diversos tipos de bônus de financiamentos.

A aprovação poderá, entretanto, enfrentar novas dificuldades durante a votação no plenário. Um substitutivo do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), rejeitado pela comissão, deverá ser reapresentado, na íntegra, ou mediante emendas e destaques. O substitutivo determina que o Senado examine cada contrato entre o Brasil e os bancos credores antes de aprovar o acordo. São mais de 600 contratos que teriam de ser analisados.

— O acordo foi feito pelo governo de Fernando Collor. Não podemos passar aos bancos credores um cheque em branco em nome do governo de Itamar Franco — afirmou Suplicy.



Afonso Camargo, Simon, Suplicy e Raimundo Lira discutem o acordo da dívida

O substitutivo de Suplicy não permite também nenhuma operação com títulos da dívida externa sem deságio. O relatório de Fogaça admite a conversão de títulos pelo valor de face no programa de privatização.

Os senadores Mário Covas (PSDB-SP) e Ronan Tito (PMDB-MG), que votaram a favor do relatório de Fogaça, disseram que poderão mudar o voto no plená-

rio, se se convencerem, após a leitura do substitutivo de Suplicy, de que o acordo é ruim para o Brasil. O senador petista afirma que o acordo prevê um desconto na dívida de apenas 16%, ao contrário dos 35% anunciados pelo ex-ministro da Economia Márcilio Marques Moreira, e acrescenta que, por exigir desembolso de US\$ 18 bilhões no período 1992/94, ele inviabiliza a retomada do crescimento.